

A CIDADE DE SÃO PAULO

Populações das Últimas Décadas

Carlos Paiva

Visite: www.sinaldetransito.com.br

A capital paulista e seu entorno, pólo industrial do país, foi o maior foco de atração de fluxos migratórios inter-regionais de longa distância nos anos 60 e 70, que acarretaram a formação de uma complexa periferia metropolitana. Passou então a atrair fluxos de populações provenientes do interior do estado e estados vizinhos, o que levou a população da Grande São Paulo a concentrar nos anos 90 metade dos habitantes do estado e um décimo da população do país (Barat, 2001).

Tabela 01: População – Anos 90 (x1000)

	1990	1999
São Paulo	9.386 (6,5%)	9.918 (6,1%)
Grande São Paulo	15.350* (10,7%)	17.052 (10,4%)
Estado de São Paulo	31.636 (21,9%)	35.124 (21,4%)
Brasil	144.090 (100,0%)	163.947 (100,0%)

População da Grande São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil nos anos 90. * Negrito nosso

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (apud Barat, 2001).

Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – EMPLASA

Nos anos 80 e 90, um grande número de estabelecimentos industriais transferiu-se da capital e da sua periferia para os eixos polarizados pela Baixada Santista, Campinas e São José dos Campos, o que gerou novas alterações na região metropolitana. Como consequência, a Grande São Paulo vem passando por um amplo processo de reestruturação econômica, buscando novas funções e especializações (Barat, 2001). Todo este processo, somado aos programas socioeconômicos impostos pelas agências internacionais de financiamento¹ gerara graves desequilíbrios sociais que se refletem no espaço urbano metropolitano determinando populações segregadas com nenhum ou quase nenhum acesso aos serviços e oportunidades existentes.

Composição da População

Em 1997 a composição da população do município de São Paulo relativa a classe de renda e grau de escolaridade, com base na Pesquisa Origem Destino do Metrô São Paulo² (OD97) era a seguinte:

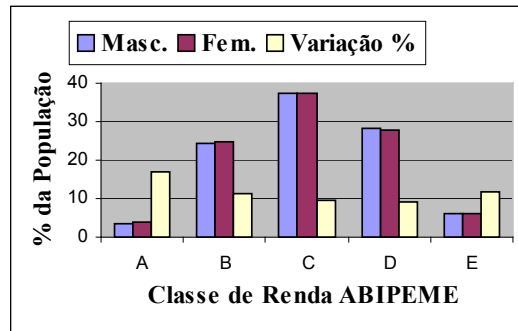
¹ No início dos anos 90 a privatização dos serviços de utilidade pública chega ao Brasil como parte de um ajuste estrutural associado a sua abertura aos mercados internacionais (aplicação aos países latinos americanos de diretrizes e programas socioeconômicos gerados nas agências internacionais de financiamento). Aqui como em muitos outros países, o negócio dos serviços de utilidade pública constitui um dos poucos nichos atraentes para o investimento estrangeiro direto (Silva, 2000 apud Telles).

A privatização dos serviços urbanos e sua captura pela lógica de um capital globalizado, transformam o cenário das cidades agora transformada em mercado, assim como a contratualização das relações entre Estado, prestadores de serviços e os seus beneficiários altera o próprio sentido do serviço público, tradicionalmente definido a partir dos critérios de universalidade, continuidade e igualdade, ao mesmo tempo em que se redefine a hierarquização dos interesses públicos e privados. "O Estado se funcionaliza como máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital" (Oliveira, apud Telles).

² Nos últimos trinta anos, foram realizadas quatro pesquisas Origem-Destino na Região Metropolitana de São Paulo: 1967, 1977, 1987 e 1997 a qual focalizou todos os 39 municípios da Região Metropolitana, quando foram entrevistados os residentes de cerca de 30 mil domicílios localizados nas 389 zonas de pesquisa. A Pesquisa Origem-Destino é o resultado de duas pesquisas distintas e complementares, denominadas: Pesquisa Domiciliar e Pesquisa na Linha de Contorno. A primeira levanta os dados sobre as viagens internas à área de pesquisa; a segunda, os dados das viagens externas com origem ou destino no interior da área de pesquisa e ainda de viagens que simplesmente a atravessam a área de pesquisa. (Metrô – SP, 1997 apud Cardoso, 2005).

Tabela 02 e Figura 01: Distribuição da População por Classe de Renda e Sexo

Classe de Renda ABIPEME	População São Paulo - 1997				
	Masc.	%	Fem.	%	Variação % *
A	170.176	3,65	205.303	3,95	17,11
B	1.141.228	24,49	1.289.157	24,80	11,47
C	1.749.318	37,55	1.935.992	37,25	9,64
D	1.310.793	28,13	1.441.945	27,74	9,10
E	287.512	6,17	325.428	6,26	11,65
Total	4.659.027		5.197.825		

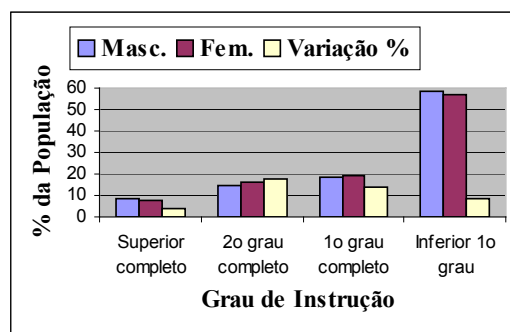


* **Variação %** - (População Feminina – População Masculina) / População Feminina

Observa-se acima (tabela 02 e figura 01) que a variação percentual entre a população feminina e masculina para todas as classes de renda com exceção da classe A (17%) encontra-se na faixa de 10%, ou seja, em todas as classes de renda existe maior população feminina sendo que para a classe A esta variação se acentua.

Tabela 03 e Figura 02: Distribuição da População por Grau de Instrução e Sexo

Grau de Instrução	População São Paulo - 1997				
	Masc.	%	Fem.	%	Variação % *
Superior completo	394.347	8,46	408.649	7,86	3,50
2º grau completo	692.681	14,87	838.214	16,13	17,36
1º grau completo	852.574	18,30	986.898	18,99	13,61
Inferior 1º grau	2.719.426	58,37	2.964.065	57,03	8,25
Total	4.659.027		5.197.825		



* **Variação %** - (População Feminina – População Masculina) / População Feminina

Observa-se uma grande variação na distribuição da população por grau de instrução, pois cerca de 58% da população do município tem grau de instrução inferior ao 1º grau e só 8% superior completo. A variação percentual entre população feminina e masculina é acentuada para os grupos 2º grau completo e 1º grau completo (17% e 14% respectivamente) decaindo bastante para as populações com grau superior e inferior ao primeiro grau (3,5% e 8% respectivamente).

Mobilidade da População

O comportamento desta população relativo a viagens realizadas pode ser visualizado através da mobilidade³, esta variável permite identificar áreas com problemas sociais relacionados à renda, falta de

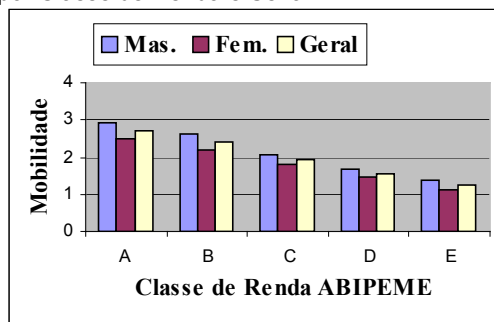
³ Mobilidade: Número médio de viagens diárias (todos os modos de transporte) realizadas pelos habitantes de determinada área. A mobilidade é calculada dividindo-se o total de viagens realizadas pelo habitante da área em estudo (não importando onde esta viagem foi realizada) pelo número total de pessoas domiciliadas nesta mesma área. O mesmo conceito vale para as mobilidades parciais: Mobilidade por transporte Coletivo, Individual e a Pé, sendo que neste caso só são totalizadas as viagens do tipo de viagem em questão (Cardoso, 2005).

Viagem: Movimento de uma pessoa entre dois pontos (origem e destino) com motivo definido e utilizando-se para isso um ou mais modos de transporte (Metrô – SP, 1997).

serviços públicos e etc.. Segue abaixo a mobilidade da população do município de São Paulo por classe de renda e grau de instrução (OD97):

Tabela 04 e Figura 03: Mobilidade por Classe de Renda e Sexo

Classe de Renda	Mobilidade São Paulo - 1997			
	ABIPEME	Mas.	Fem.	Geral
A	2,92	2,50	2,69	17,02
B	2,64	2,19	2,40	20,29
C	2,07	1,79	1,92	15,87
D	1,69	1,45	1,56	16,44
E	1,38	1,12	1,24	23,35
Geral	2,09	1,78	1,93	17,42

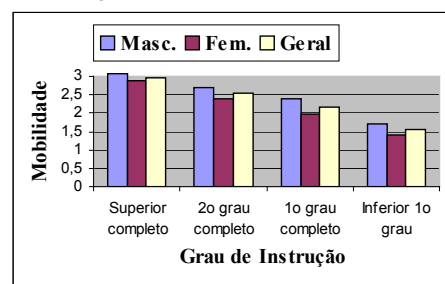


* Varição % = (Mobilidade Masculina. – Mobilidade. Feminina) / Mobilidade Feminina.

Observa-se acima (tabela 04 e figura 03), que a mobilidade na cidade de São Paulo varia proporcionalmente a renda, por exemplo, a mobilidade da classe A e B (28% da população com maior renda) é cerca do dobro da mobilidade da classe D e E (35% da população com menor renda). A mobilidade varia, também, de modo acentuado, entre os sexos. A mobilidade masculina é entre 15% e 25% maior que a mobilidade feminina para todas as classes de renda.

Tabela 05 e Figura 04: Mobilidade por Grau de Instrução e Sexo

Grau de Instrução	Mobilidade São Paulo - 1997			
	Masc.	Fem.	Geral	Varição % *
Superior completo	3,08	2,88	2,98	6,75
2º grau completo	2,71	2,40	2,54	12,67
1º grau completo	2,40	1,96	2,17	22,62
Inferior 1º grau	1,69	1,39	1,54	21,85
Geral	2,09	1,78	1,93	17,56



* Varição % = (Mobilidade Masculina. – Mobilidade. Feminina) / Mobilidade Feminina.

Observa-se que quanto maior o grau de instrução maior a mobilidade. A população com superior completo, por exemplo, têm mobilidade quase o dobro da mobilidade da população com instrução inferior ao 1º grau.

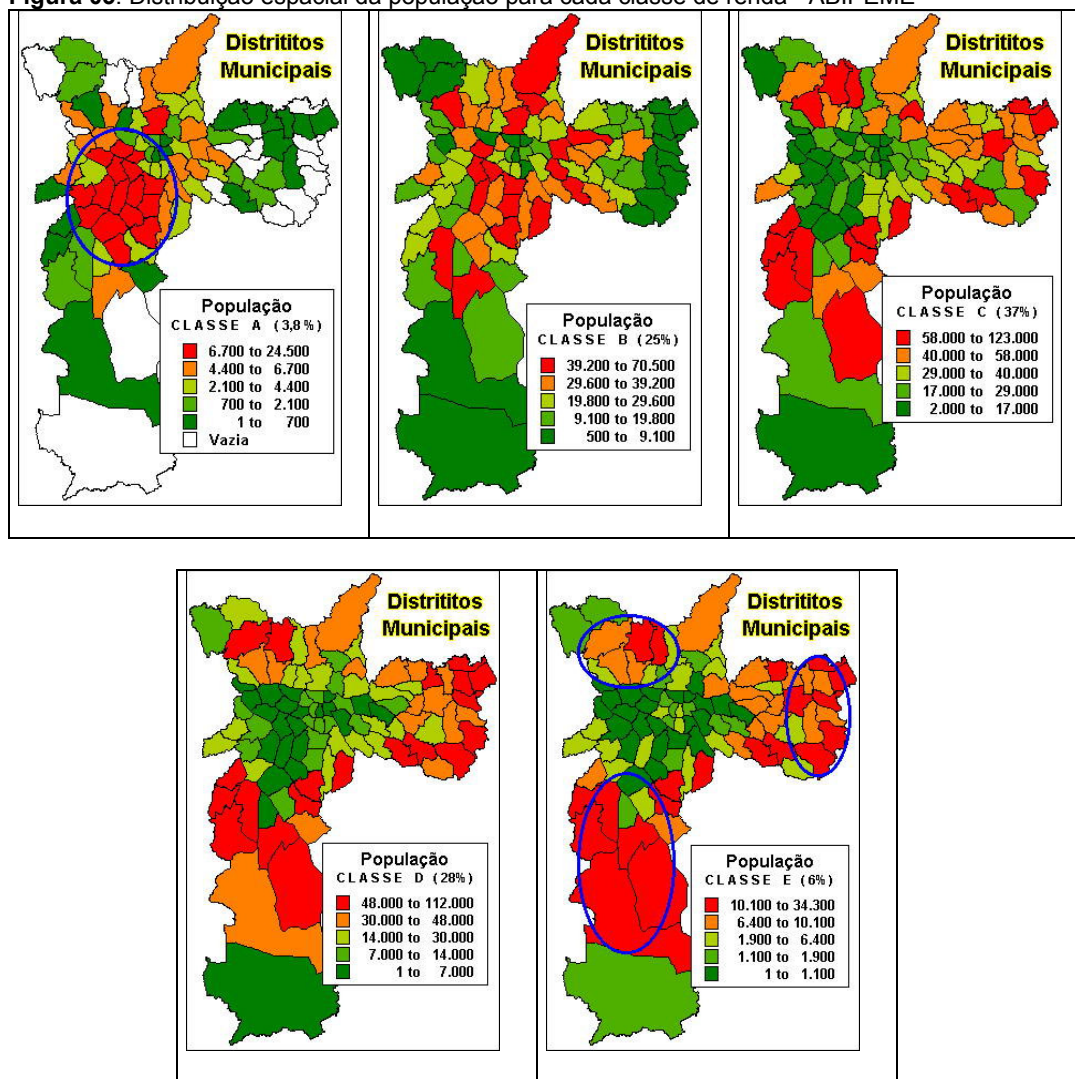
Merece destaque nesta tabela a variação percentual entre a mobilidade masculina e feminina, que rapidamente sai de cerca 22% (1º grau completo ou inferior ao 1º grau) para 13% (2º grau completo) e logo em seguida para 7% (superior completo), indicando alta dependência da mobilidade relativa ao sexo e grau de instrução.

Modos de Transporte: a) Individual: viagens realizadas como motorista de auto ou passageiro de auto, táxi, caminhão, moto e bicicleta; b) Coletivo: viagens de metrô, trem, ônibus, ônibus fretado, ônibus escolar e lotação; c) A pé: viagem realizada a pé da origem ao destino quando à distância percorrida for superior a 500 metros (cinco quadras). Quando o motivo da viagem é trabalho ou escola a viagem é registrada independente da distância percorrida (Metrô – SP, 1997).

Distribuição Espacial da População

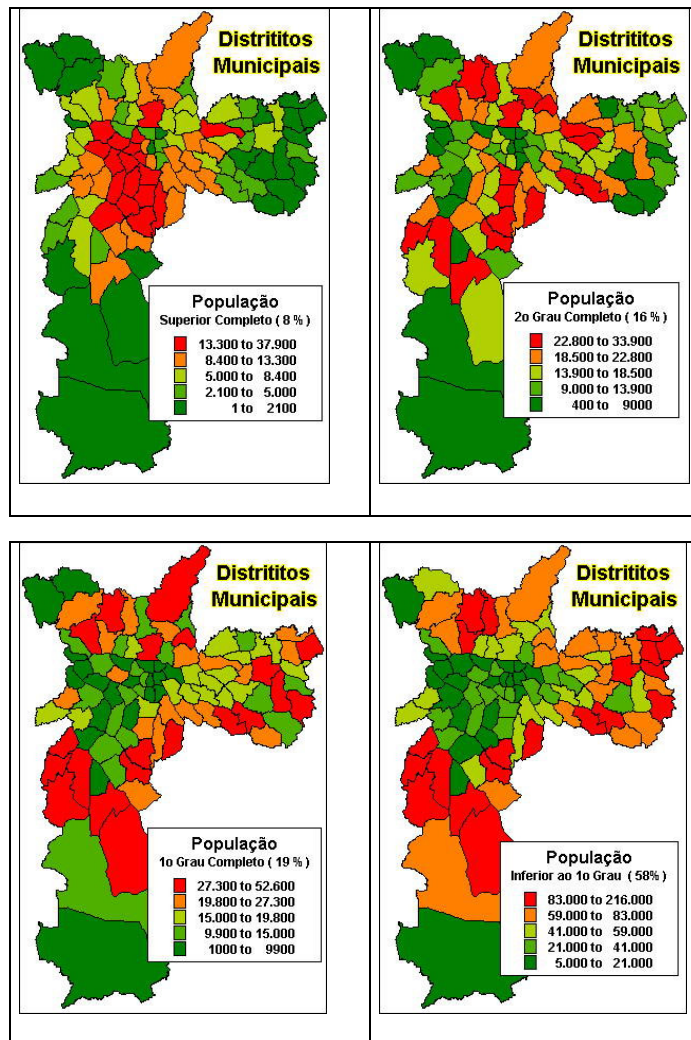
A distribuição espacial da população do município de São Paulo é também uma informação muito importante se realmente tivermos interesse em compreender a cidade. Segue abaixo esta distribuição espacial por faixa de renda e escolaridade, também com base nos dados da Pesquisa OD97. Cada um dos mapas abaixo identifica as regiões (distritos) onde se concentra a população de uma classe de renda ou de determinado grau de instrução.

Figura 05: Distribuição espacial da população para cada classe de renda - ABIPEME



Os mapas do município de São Paulo acima (figura 05) mostram a distribuição da população, nos distritos, para cada classe de renda: classe A (4% do total da população do município), classe B (25%), classe C (37%), classe D (28%) e classe E (6%). Observa-se claramente uma diferenciação entre os locais de moradia das classes A e B (notadamente a classe A) e das classes C, D e E (notadamente D e E). Enquanto as classes A e B localizam-se majoritariamente na região sudoeste (assinalada em azul no mapa da classe A) as classes C, D e E encontram-se majoritariamente nas periferias leste e sul e norte (em azul no mapa da classe E).

Figura 06 - Distribuição Espacial da População para cada grau de Instrução



Os mapas do município de São Paulo acima (figura 06) mostram a distribuição da população, nos distritos, para cada grau de instrução: Superior (8% do total da população do município), 2º grau completo (16%), 1º grau completo (19%) e inferior ao 1º grau (58%).

A população, com grau de instrução superior, localiza-se majoritariamente nos distritos a sudoeste do município praticamente coincidente com a área majoritária da classe A enquanto a população com grau de instrução inferior ao 1º grau encontram-se majoritariamente nas periferias leste, sul e norte. Observa-se claramente a relação direta entre renda e grau de instrução nos distritos.

Segundo Pochamann 2004, os ricos paulistanos (443.462 famílias) ocupam, sobretudo, o vetor sudoeste do município onde se localiza uma rede de estrutura altamente privilegiada – 10 distritos concentram cerca de 51% das famílias ricas paulistanas (Koulioumba, 2005) – a cidade de São Paulo tem nas favelas, ocupações de terra e loteamentos irregulares ou clandestinos, mais da metade da população paulistana (3.131.389 famílias – 10.435.546 habitantes – dados 2001, IBGE, 2005). “A Cidade Clandestina”, com este título a reportagem da Folha de São Paulo de 22/04/2002 (apud Telles) traz dados relativos aos loteamentos irregulares no município de São Paulo. “Os loteamentos e condomínios clandestinos ocupam um quinto do território de São Paulo. São 338,8 milhões de m² tomados por áreas residenciais e comerciais que não existem legalmente para a prefeitura. Nesse espaço vivem cerca de três milhões de pessoas, um terço da população da capital. O tamanho da chamada cidade paralela

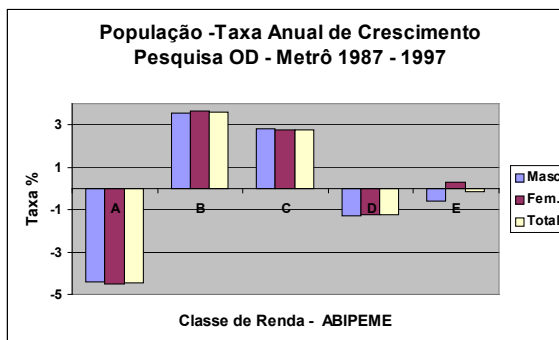
dentro da São Paulo oficial é superior à área urbana de Ribeirão Preto, um dos maiores municípios do interior do Estado”.

Evolução da População

Mais que a constatação desta realidade bastante negativa torna-se importante identificarmos a tendência de crescimento da cidade. A comparação entre as Pesquisas Origem Destino do Metrô – SP 1987 e 1997 (10 anos) permitem observar para todo município:

Tabela 06 e Figura 07: População x Classe de Renda – Taxa Anual de Crescimento⁴

Classe de Renda ABIPEME	Taxa Anual de Crescimento %		
	Masc.	Fem.	Total
A	-4,41	-4,51	-4,47
B	3,57	3,67	3,62
C	2,81	2,76	2,78
D	-1,27	-1,22	-1,25
E	-0,57	0,29	-0,14
Total	0,76	0,78	0,77

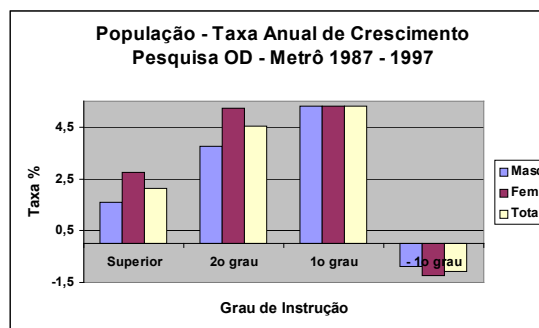


O crescimento da população do município de São Paulo para as diferentes classes de renda foi diferenciado. Houve uma diminuição real (taxa de crescimento negativa) da população alocada nas classes extremas (classes A, D e E) e aumento real (taxa positiva) da população pertencente às classes intermediárias (classes B e C).

Em relação ao sexo, vale a pena ressaltar que mesmo dentro de um quadro de decréscimo da população pertencente à classe E (taxa de -0,57% masculina e -0,14% geral), a população feminina desta classe cresceu, nestes 10 anos, cerca de 3% (taxa de 0,29% ao ano). Em estudos recentes (Sposati, 1996 e Genovez, 2002) relacionados à “equidade”, as variáveis mulheres chefes de família⁵ (total e analfabetas) se mostraram, como propôs Sposati em 1996, importante fator na composição de Índice de “Exclusão Social”.

Tabela 07 e Figura 08: População x Grau de Instrução – Taxa Anual de Crescimento

Grau de Instrução	Taxa Anual de Crescimento %		
	Masc.	Fem.	Total
Superior completo	1,58	2,74	2,15
2º grau completo	3,76	5,23	4,54
1º grau completo	5,31	5,32	5,32
Inferior 1º grau	-0,89	-1,22	-1,07
Total	0,76	0,78	0,77



⁴ Taxa Anual de Crescimento = $\left(\sqrt[10]{1 + \left(\frac{Pop97 - Pop87}{Pop87}\right)}\right) - 1$ onde Pop97 é a População em 1997 e Pop87 é a população de 1987

⁵ No Brasil o aumento das mulheres chefes de família atingiu cerca de 11,2 milhões, sendo que mais de 30% delas são idosas com mais de 60 anos de idade, de 1990 a 2000, houve um crescimento de 37,5%; no ano 2000 elas comandavam 24,9% dos lares. Verifica-se também o aumento da desigualdade de renda pois metade dos 44,7 milhões de chefes de família ganham até R\$ 350,00 mensais (O Globo – Retratos do Brasil, 20/12/2001 apud Kameyama, 2001)

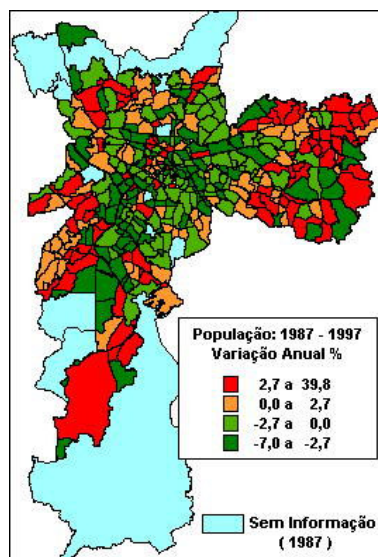
Em relação ao grau de instrução observa-se claramente uma melhora da escolaridade da população do município. O menor grau de escolaridade (inferior ao 1º grau) teve um crescimento negativo enquanto todos os outros obtiveram um crescimento positivo. Em 10 anos os graus de instrução superior, 2º grau e 1º grau tiveram um crescimento de 24%, 56% e 68%, respectivamente, enquanto o inferior ao 1º grau decresceu cerca de 18%.

Observa-se em relação ao sexo que o crescimento do grau de instrução da população feminina é significativamente superior ao da masculina, 83% maior (grau superior) e 49% maior (2º grau). Para o 1º grau não existiu diferença entre o crescimento feminino e masculino enquanto para a população com grau de instrução inferior ao 1º grau houve maior decréscimo da população feminina.

Evolução Espacial da População

Segundo Taschner e Bogus, 2001, apud Telles, “Acentua-se a periferização da população paulistana: entre 1991 e 1996 todos os anéis, com exceção do periférico, apresentaram taxas negativas”. A observação espacial da variação populacional do município com base também nas pesquisas ODs⁶ 1987 e 1997 permite verificar esta periferização.

Figura 09: Variação Populacional - Base OD 1987 - 1997



Observa-se claramente na figura 09, acima, uma predominância da variação positiva (crescimento populacional, cores laranja e vermelha) nas regiões periféricas do município, e inversamente, uma variação negativa (decréscimo populacional, tonalidades de verde) nas regiões mais centrais. Segundo Taschner e Bogus (apud Telles), entre os anos de 1991 a 1996, a totalidade do crescimento municipal, de quase 200 mil pessoas foi devido ao aumento populacional na periferia. O anel periférico foi responsável por 43% do incremento populacional do município de São Paulo nos anos 60, por 55% nos

⁶ A incompatibilidade dos zoneamentos das pesquisas, que não permitiu a comparação direta dos dados disponíveis. Na pesquisa OD 1987 o número de zonas internas ao município de São Paulo (base da amostra) foi de 141 zonas, enquanto na OD 1997 foi de 270 zonas. As zonas destes zoneamentos se entrecortam sem nenhum critério aparente, isto é não existe possibilidade de agregação do zoneamento 1997 (270 zonas) para se obter o zoneamento 1987 (141 zonas). Devido esta impossibilidade, os dados foram transferidos para uma grade desagregada de 152.179 polígonos de 10.000 m² (quadrados de 100m de lado) cobrindo todo município de São Paulo e depois novamente agregados segundo critério de igual variação populacional gerando então um novo zoneamento (725 zonas), resultado da intersecção dos zoneamentos das ODs 1987 e 1997. Este novo zoneamento possibilitou assim a comparação dos dados.

anos 70, por 94% entre 1980 e 1991 e por 262% entre 1991 e 1996 (houve diminuição da população nos anéis internos). O aumento de mais de 500.000 pessoas no anel periférico compensou a perda de 312 mil nos anéis mais centrais. A região entre as avenidas marginais perdeu quase 130 mil residentes nos anos 80 e 230mil nos seis primeiros anos da década de 90. De outro lado, a periferia ganhou cerca de 1,3 milhão entre 1980 e 1991 e quase 505 mil entre 1991 e 1996. As áreas em azul claro, também da figura acima, cerca de 36% do município de São Paulo, identificam zonas vazias (onde não foi realizada amostra) principalmente na pesquisa OD 1987, não sendo, portanto possível observar a evolução da população nestas áreas.

“O número absoluto de novos moradores de São Paulo tem diminuído: o aumento da população era de 2,5 milhão entre 1970 e 1980, reduzindo-se para 1,13 milhão nos anos 80, cerca de 105 mil pessoas por ano, e no início dos anos 90, diminuiu ainda mais, para 32,6 mil pessoas por ano entre 1991 e 1996. Mas este incremento deu-se exclusivamente na periferia” (Taschner e Bogus, 2001, apud Telles).

Através dos Diagramas de Espalhamento de Moran / Lisa Mapa⁷, nos mapas a seguir⁸, temos a evolução da população por classe de renda, nas classes extremos, classes A e D/E. Para as classes D e E confirmam-se as afirmações de Taschner e Bogus, 2001, apud Telles sobre os incrementos periféricos nas populações de menor renda.

⁷ O Diagrama de Espalhamento de Moran permite visualizar a dependência espacial existente entre regiões através da comparação entre valor da variável em estudo na área (polígono analisado) e o valor médio da variável nas áreas vizinhas (polígonos adjacentes). Através desta metodologia estatística de análise de dados distribuídos espacialmente em regiões, obtém-se de modo bastante simplificado, a identificação de “clusters” (agrupamentos de áreas semelhantes) e “outliers” (áreas fora do padrão da região), além de áreas de transição, todas com garantia estatística. As regiões analisadas (polígonos) são, portanto classificadas em quatro grupos: (Cardoso, 2003)

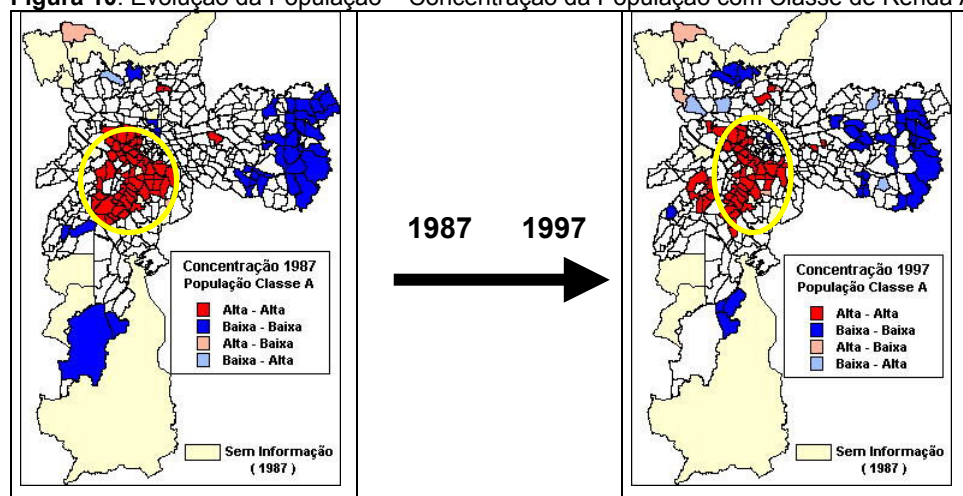
- A. (Alta – Alta), regiões com valores altos da variável em análise (por exemplo: alta concentração da população de classe A) com vizinhos também de alto valor (também de alta concentração de classe A).
- B. (Baixa – Baixa), valores baixos da variável em análise (por exemplo: baixa concentração de classe E) com vizinhos também de baixo valor (também de baixa concentração de classe E).
- C. (Alta – Baixa), valores altos da variável em análise com vizinhos de baixo valor. Neste grupo temos a ocorrência de zonas de alto valor da variável (por exemplo: alta concentração de população de classe E) circundadas de zonas de baixo valor (baixa concentração de população de classe E)
- D. (Baixa – Alta), valores baixos da variável em análise com vizinhos de alto valor. Neste grupo ocorre o inverso do grupo acima.

Por sua vez o Lisa Mapa identifica nos agrupamentos (“clusters”) acima aqueles com significância estatística e também áreas com significância que não se identificam com o padrão local e não pertencem a transição entre estes agrupamentos (“outliers”), territórios de não estacionariedade que por sua vez indicam tendências de alteração do padrão regional (Cardoso, 2005).

A significância dos agrupamentos (“clusters”) e das áreas fora do padrão local (“outliers”) em geral é realizada por um teste de pseudo-significância. Neste caso, são geradas diferentes permutações dos valores de atributos associados às regiões; cada permutação produz um novo arranjo espacial, onde os valores estão redistribuídos entre as áreas. Como apenas um dos arranjos corresponde à situação observada, pode-se construir uma distribuição empírica. Se o valor do índice Lisa medido originalmente corresponder a um “extremo” da distribuição simulada, então se trata de valor com significância estatística (Cardoso, 2005).

⁸ Nos mapas, os agrupamentos de polígonos de alto valor da variável em estudo (Alta – Alta) estarão em vermelho, os de baixo valor (Baixa – Baixa) em azul e os “outliers” ou áreas de transição em tonalidades próximas (“azul claro” e “rosa”). Na figura 10 a seguir, por exemplo, a cor vermelha identifica alta concentração de população da classe A e a cor azul baixa concentração de população da classe A. As tonalidades: “azul claro” e “rosa”, neste caso identificam zonas de transição.

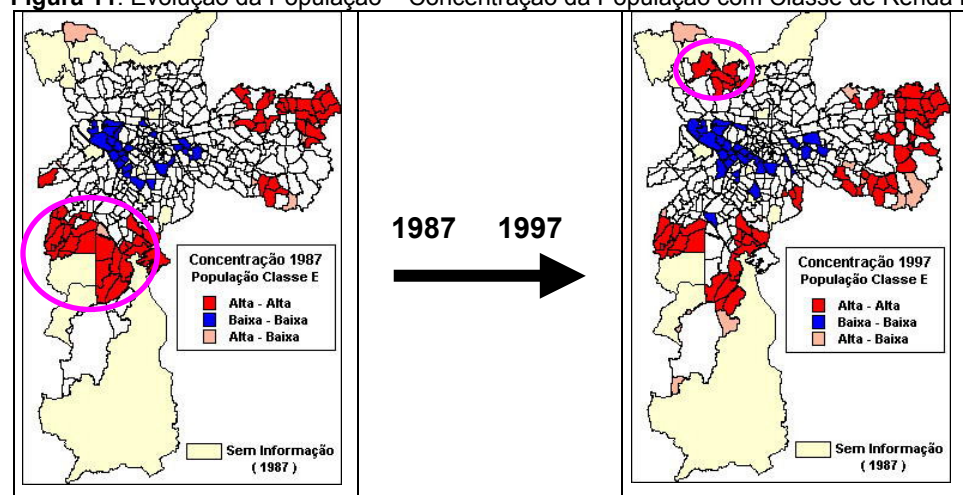
Figura 10: Evolução da População – Concentração da População com Classe de Renda A



As áreas em amarelo claro, não foram analisadas tendo em vista que estas zonas não foram pesquisadas em 1987

Verifica-se, na figura 10 acima, que houve uma redução de áreas com alta concentração da população classe A, entre os anos de 1987 e 1997, na região sudoeste (em destaque). Mesmo mantendo-se o padrão regional de localização, esta população parece ter se concentrado em um menor número de zonas.

Figura 11: Evolução da População – Concentração da População com Classe de Renda E



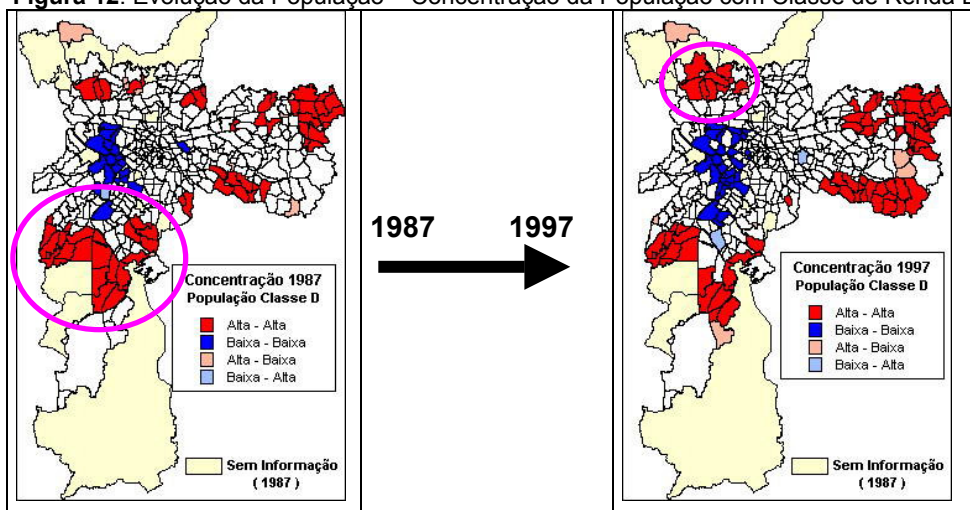
Observe que as áreas em amarelo claro, não foram analisadas tendo em vista que estas zonas não foram pesquisadas em 1987 (sem informação em 1987).

A observação dos mapas da figura 11 permitiu identificar a formação de um novo pólo de pobreza a noroeste do município, um aumento das áreas com alta concentração da classe E na zona leste e uma diminuição destas mesmas áreas na zona sul mais próxima à marginal (mini anel viário⁹), já que todo extremo sul não está sendo analisado. Provavelmente, houve um deslocamento desta população (zona sul, classe E) para áreas mais ao sul causado pela especulação imobiliária. Cabe também apontar que o

⁹ Mini Anel: anel viário formado pela Marginal Tietê, Marginal Pinheiros, Av. Bandeirantes, Av. D. Affonso Taunay, Complexo Viário Maria Maluf, Av. Tancredo Neves, Av. das Juntas Provisórias, Av. Profº Luis Inácio de Anhaia Melo e Av. Salin Farah Maluf. A área do mini anel (inclusive o contorno) é a área da Operação Horária de Pico no Município de São Paulo (rodízio).

novo pólo de pobreza ao norte da cidade pode ser maior que a área identificada, tendo em vista que áreas próximas não estão sendo analisadas.

Figura 12: Evolução da População – Concentração da População com Classe de Renda D



Observe que as áreas em amarelo claro, não foram analisadas tendo em vista que estas zonas não foram pesquisadas em 1987 (sem informação em 1987).

A figura 12 acima, evolução da população – classe de renda D, reafirma as observações sobre a pobreza no município. Mesmo já existindo um aglomerado inicial da classe D em 1987 a noroeste observa-se o crescimento e deste aglomerado em 1997, coincidente com a classe E. Quanto às regiões sul e leste verifica-se para a classe de renda D o mesmo padrão da classe E isto é: aumento das áreas com alta concentração na zona leste e uma diminuição na zona sul mais próxima à marginal.

Relativo a região de baixa concentração das classes D e E (cor azul) identifica-se também certa coincidência desta região com a região de alta concentração da classe A, ou seja, onde mora rico, não mora pobre.

É importante observar que o crescimento periférico da cidade (cidade cresce na periferia por conta de nosso mercado imobiliário – o centro expandido está perdendo população) reforça a dependência destas populações ao transporte motorizado, tendo em vista que a oferta de empregos e de serviços públicos e privados não acompanha este processo, mantendo-se concentrados nas áreas já estáveis da cidade.

Bibliografia

BARAT, Josef (2001) – Revista dos Transportes Públicos – ANTP, Ano 24, 4º Trimestre.

CARDOSO, Carlos E. Paiva (2003) Mobilidade em São Paulo – Estudo Através de Técnicas de Análise Espacial – Revista: ENGENHARIA – Ano 61 – No 559 – Instituto de Engenharia/SP.

CARDOSO, Carlos Eduardo de Paiva (2005) – Evolução da Mobilidade no Município de São Paulo – Análise Agregada e Desagregada, 1987 a 1997 – 15º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito, 2005 – ANTP.

CARDOSO, Carlos Eduardo de Paiva (2005) – Mobilidade em São Paulo – A Importância dos Fatores Socioeconômicos – XIX ANPET – Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes, Recife, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO (2002) – A Cidade Clandestina, artigo publicado em 22/04/2002

GENOVEZ, P. – Dissertação: Território e Desigualdades: Análise Espacial Intra-Urbana no Estudo da Dinâmica de Exclusão/Inclusão Social no Espaço Urbano em São José dos Campos – SP, INPE, 2002.

IBGE (2005) - <http://www.ibge.gov.br/>

KAMEYAMA, Nobuco (2001) – A Nova Configuração das Políticas Sociais. Praia Vermelha no 5 – Segundo Semestre.

KOULIUMBA, Stamatia (2005) – Desvendando os “outros” territórios da São Paulo do século XXI. Os ricos no Brasil e no mundo.

METRÔ (1997) – Relatório Pesquisa Origem Destino do Metrô/SP de 1997.

OLIVEIRA, Francisco de. – Professor Titular de Sociologia do Depto. de Sociologia da FFLCH-USP. Aposentado. Coordenador Científico do Centro de Estudos Dos Direitos da cidadania. Cenedic - FFLCH-USP.

POCHMANN, Marcio et al (2004) – Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil.

SPOSATI, A. – Mapa de Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo, Editora PUC-SP, São Paulo, 1996.

TASCHNER, Suzana e **BOGUS**, Lúcia M.(2001) – São Paulo: Caleidoscópio urbano. São Paulo em Perspectiva, jan./mar. 2001, vol.15, nº.1.

TELLES, Vera da Silva. (2004) – Pontos e linhas de um debate: o urbano como questão, USP – FFLCH.

SILVA, Ricardo Toledo.(1999) – Infra-estrutura urbana, desigualdades e meio-ambiente: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Seminário Grandes Metrôpoles del Mercosur: problemas y desafios, Santiago do Chile, novembro de 1999.